



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0013543-70.2013.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**  
Requerente: **Ana Cleide Lima Silva Santana**  
Requerido: **Pernambucanas Financiadora Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter feito o pagamento da fatura de seu cartão de crédito, mas a ré após algum tempo lhe cobrou novamente a mesma importância.

Alegou ainda que para evitar maiores problemas fez novo pagamento, mas agora almeja ao recebimento em dobro daquilo que despendeu.

As preliminares suscitadas em contestação pela ré entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

O documento de fl. 04 atesta que o montante da fatura do cartão de crédito da autora vencida em 11 de agosto de 2012 foi pago no dia 13 daquele mês (R\$ 96,97), tendo na fatura de janeiro de 2013 a mesma quantia sido novamente cobrada da autora (fl. 03).

A ré confirmou tal fato, mas ressaltou que assim agiu por determinação do Banco Bradesco, tendo em vista a discrepância dos códigos de barra da fatura vencida em agosto/2012 e a do pagamento promovido pela autora, o qual na realidade se refere a título do Carrefour.

Observo de princípio que essa determinação não foi ameahada aos autos pela ré, como seria de rigor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Não obstante, e ainda que se possa admitir o erro invocado, reputo que isso não pode ser imputado à autora.

A própria ré admitiu a fl. 59, item 10, que *“houve uma troca de códigos no momento do pagamento. Ou seja, a pessoa do caixa onde a Requerente efetuou o pagamento trocou o código do boleto do cartão Pernambucanas com algum outro boleto, que ao que tudo indica seria um título da empresa Carrefour”* (grifei).

Fica claro com isso que se irregularidade houve ela não pode ser atribuída à autora.

Em consequência, a pretensão deduzida prospera porque a autora tomou as medidas necessárias ao cumprimento de sua obrigação, não podendo ser penalizada pela desídia de outrem.

Já a ré haverá de realizar o pagamento à autora da quantia paga em duplicidade, sem prejuízo de tentar reaver o que lhe toca contra quem tenha responsabilidade pelo que sucedeu.

Esse pagamento, porém, não se fará em dobro.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, nada apontando para essa direção.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 96,97, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2013 (época do segundo pagamento do mesmo débito), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**